

 <p>Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz Presidência</p>	<p>6<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Superior Fiocruz ATA EXECUTIVA</p>	<p>05 de outubro de 2016</p>
---	---	------------------------------

Em 05 de outubro de 2016 realizou-se a 6<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Superior Fiocruz, presentes os seguintes membros:

Paulo Gadelha (Presidente da Fiocruz); André Spitz (Presidente do COEP – Rede Nacional de Mobilização Social); Erney Felício Plessmann de Camargo (Fundação Zerbini e Universidade de São Paulo); José Eduardo Cassiolato (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Márcia Campos (Federação Democrática Internacional de Mulheres); Mauro Guimarães Junqueira (Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde); Naomar Monteiro de Almeida Filho (Universidade Federal do Sul da Bahia); Pedro Luiz Tauil (Universidade de Brasília). Outros Conselheiros, anteriormente confirmados, justificaram ausência.

A pauta da reunião contemplou os temas seguintes:

- A conjuntura político-econômica e seus impactos sobre o sistema de Saúde e CTi
- Ações e situações de projetos prioritários da Fiocruz – destaques
- Processo eleitoral sucessório/ Presidência da Fiocruz

### **A Conjuntura e político-econômica e seus impactos sobre o sistema de Saúde e CTi**

Os membros do Conselho Superior Fiocruz presentes à reunião, por unanimidade, manifestaram preocupação face a inúmeros projetos em curso no Legislativo, em particular à PEC 241, que imporá restrições aos preceitos constitucionais de garantia do direito universal à saúde. A proposta dessa emenda, que tem por objetivo limitar por 20 anos o investimento de gastos públicos certamente implicará em danos à saúde das pessoas. Os conselheiros observaram que tal proposta não leva em consideração o aumento populacional, as modificações dos perfis demográficos e epidemiológicos da população nem as inevitáveis necessidades de incorporação de novas tecnologias de diagnóstico e tratamento, entre tantas outras – todas demandarão elevação de custos de serviços. Ainda foi lembrado que experiências internacionais revelaram o fracasso de medidas de restrição como estratégia de enfrentamento de crises econômicas.

Também foi alertado o impacto que medidas estão tendo ou terão sobre as IFES e áreas do MCTiC: já neste ano de 2016 é preocupante o corte em investimentos nas universidades brasileiras, muitas transferindo recursos de investimentos para custeio. O drástico encolhimento orçamentário está a impactar negativamente programas e projetos de pesquisa de impacto nacional e internacional – as perdas já afetam os INCTs.

Outra questão debatida foi a proposta do Ministério da Saúde de criação de planos de saúde populares, mais baratos, como estratégias para reduzir a demanda pelo SUS e, desse modo aliviar a pressão sobre o orçamento do MS. Foi enfatizado que o momento da recessão e desemprego é quando a população mais precisa de proteção social, e portanto, de mais investimentos para o SUS.

Ainda no contexto restritivo, o presidente do CONASEMS alertou para as dificuldades enfrentadas pelas secretarias municipais de saúde dado o contingenciamento de repasses federais, a crescente demanda por serviços e a ampliação do que se vem chamando de “judicialização da saúde”. Informou ainda da incessante mobilização de prefeitos no congresso nacional, com receptividade “relativa” e escassos resultados. E a crescente preocupação em relação aos impactos negativos na “ponta do SUS” nos próximos anos.

Por fim, foi proposto pela unanimidade dos conselheiros que a Fiocruz: (a) invide todos os esforços para estruturar um grupo de trabalho para monitoramento dos impactos do reajuste fiscal na saúde, através de indicadores apropriados que permitem levantar evidências comparativas em relação a situações anteriores. E não descuidando em compartilhar seus resultados e propostas com os parceiros pró-SUS outras. Outras forças da sociedade; (b) que ainda promova estudos comparativos com outros países que enfrentam ou enfrentaram conjunturas de sub-financiamento setorial.

### **Ações e situação de projetos prioritários da Fiocruz – destaques**

Foi informado aos Conselheiros das restrições orçamentárias observadas nos meses recentes, e que a Fundação vem buscando reordenar prioridades, procurando se adequar e adotar medidas de contingenciamento para enfrentamento da crise econômica em curso no país. E que os principais investimentos em projetos estratégicos da Fundação estão mantidos, entretanto com ritmo desacelerado. Outra preocupação manifestada junto aos Conselheiros foi quanto às incertezas no desenvolvimento das políticas de Governo relacionadas ao Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEiS), particularmente quanto às Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs) no âmbito da Fiocruz.

Frente ao exposto acima, os Conselheiros recomendaram que à Fundação buscasse ampliar a interlocução com o Governo, objetivando maior “fluidez” nas relações mútuas. Mas que, especialmente, ampliasse um leque de apoio junto às instâncias como o Legislativo e segmentos associativos da sociedade civil relacionados à missão da instituição - Conass, Conasems, Conselho Nacional de Saúde, SBPC, Academias Brasileiras de Ciências e Medicina, Abrasco, Cebes, entre outras.

Outrora informes e/ou comentários dos conselheiros referiram-se a:

- (1) Nova fase estudos clínicos – fase II – da vacina brasileira para esquistossomose, baseada no antígeno SM14, em projeto de P&D desenvolvido pelo Instituto Oswaldo Cruz, em parceria mais recente com empresa privada, priorizado pela OMS e visando garantir proteção à população a uma doença considerada negligenciada.

- (2) Em relação à vacina da Febre Amarela, o Conselheiro Pedro Tauil observou que, se a demanda aumentar, os estudos indicam, com segurança, que a vacina poderá ser fracionada, mantendo sua eficácia; também consultou a Presidência sobre a perspectiva de modernização da produção dessa vacina e do limite da capacidade de Biomanguinhos em ampliar sua produção.
  
- (3) Relativo à dengue, foram feitas observações sobre a vacina da Sanofi/ Pasteur – há indicações de sua ineficiência para pessoas abaixo de nove e a cima de 45 anos; da necessidade de três doses e custo elevado/ dose. Quanto às alternativas de controle do aedes, foi mencionada a necessidade de estudos de acompanhamento das tecnologias de Mosquitos Transgênicos e irradiados com raios gama (estes com sustentabilidade questionada), e através da Wolbachia (que parece ser promissora).
  
- (4) Projetos de expansão da Fundação também foram informados – a próxima inauguração das instalações do Centro Integrado de Protótipos, Bio-fármacos e Reativos; e do andamento do projeto de criação do novo Centro de Processamento Final, ambas no Rio de Janeiro, e da futura planta destinada a tecnologias baseadas em plataforma vegetal, no Ceará – todas iniciativas sob Coordenação de Biomanguinhos. E por último, informado o Acordo Fiocruz/UFRJ para instalação no Parque Tecnológico da Universidade de um Centro de Referência em Farmoquímica, destinado ao desenvolvimento, em escala-piloto, de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) para o enfrentamento de doenças negligenciadas.

### **Processo sucessório Fiocruz**

O presidente da Fiocruz informou aos Conselheiros do processo sucessório à Direção da Fundação: a existência de duas candidaturas concorrentes, em disputa, ambas qualificadas e com trajetória consolidada na instituição. Os conselheiros alertaram para a inevitabilidade de esgarçamentos em processos de disputa dessa natureza. Nesse sentido recomendaram que se emprestasse o máximo cuidado, através de todas as partes envolvidas no processo eleitoral, em não oferecer lacunas que possam fragilizar a instituição, notadamente considerada a presente conjuntura nacional.